



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

O AVANÇO CONSERVADOR NO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Mariana Almendra Cavalcante do Nascimento¹

Andreza Maria Oliveira Melo²

Leonardo de Freitas Araújo³

Resumo: Relata-se sobre o avanço conservador no Serviço Social em tempos de contrarreforma e os desafios para a formação profissional do assistente social. Bem como os impasses para a efetivação do Projeto Ético-Político Profissional, sobretudo devido à mercantilização do ensino e o avanço dos cursos na modalidade à distância.

Palavras-chave: Conservadorismo. Neoliberalismo. Formação Profissional do Serviço Social.

Conservative advancement in social service in times of contrarreforma: challenges for the professional training of the social worker

Abstract: A report on the conservative advance in Social Work in times of counter-reform and the challenges for the professional training of the social worker. As well as the standoffs for the implementation of the Professional Ethical-Political Project, mainly due to the mercantilization of education and the rise of distance learning courses.

Keyword : Conservatism. Neoliberalism. Vocational Training of Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Apreender o avanço conservador no Serviço Social na contemporaneidade brasileira pressupõe discutir a gênese da profissão e a reatualização do conservadorismo em tempo de contrarreforma, frente ao avanço neoliberal. O Serviço Social emergiu sob influência da Igreja Católica com traços de caridade e filantropia. O Serviço Social desde a sua origem tem um significado de reprodução da ideologia dominante e nasceu vinculado ao pensamento conservador.

Com o processo de ascensão do capitalismo, a ordem burguesa cria novas estratégias assistenciais e tal ideologia dominante falseia a história, naturaliza a desigualdade e moraliza a questão social. A profissão passa por um processo de ruptura com o conservadorismo no movimento conhecido como Reconceituação, em que o Serviço

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Piauí, E-mail: marianaalmendra@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Piauí, E-mail: marianaalmendra@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Piauí, E-mail: marianaalmendra@hotmail.com.

Social inicia sua aproximação com a base teórica fundamentada pela teoria social de Marx (BOSCHETTI, 2005).

Todavia, o conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social e, no momento presente, vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, como no campo econômico, social e ideocultural. O avanço conservador adentra o contexto de forte ofensiva do capital, no contexto de crise, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa (BOSCHETTI, 2005).

Este artigo possui como objetivo discutir, com base em pesquisa bibliográfica, o avanço conservador no Serviço Social e o processo de resistência imposto na atualidade, em tempos de contrarreforma. Além disso, aborda o desafio para a formação profissional do Assistente Social, sobretudo porque tal avanço ameaça a criticidade necessária para responder às inúmeras demandas postas e refletir sobre a realidade de mundo. Tal interferência na formação profissional é regida pela lógica do capital que proporciona o avanço dos cursos na modalidade à distância (EaD), devido ao processo de mercantilização do ensino. Constata-se como consequência, os impasses para a efetivação do Projeto Ético-Político Profissional, proporcionado pela égide do pragmatismo, do imediatismo e do aligeiramento, intensificado pelas EaDs.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: MARCA E PERSISTÊNCIA

Não há como desvincular, inicialmente, a característica conservadora do Serviço Social que, na sua gênese, é pautado num posicionamento moralizador frente às expressões da questão social. Dessa forma, localiza-se no ideário tradicional focalizando suas ações através da formação social, moral e intelectual das famílias. Mais à frente, no contexto da ditadura militar, responde às demandas que incidiam naquele momento apresentando, como no início da profissão, as suas características tradicionais de caridade, assistencialismo e de práticas paliativas reforçadas pelo modelo ditatorial (SILVA; SILVA; JUNIOR, 2016).

Segundo Iamamoto (2008) - uma das autoras que, por meio de sua teoria crítica, escreve sobre os fundamentos dessa marca e herança conservadora - as marcas de origem do Serviço Social estão situadas no “bojo do reformismo conservador” no Brasil, estas reatualizam e preservam “seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 17).

No entanto, o Serviço Social passou por um processo de reformulação global que influenciou o amadurecimento profissional, sendo conceituado por Netto (2005) “como parte integrante de um processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’”. A renovação do Serviço Social, marco histórico fundamental no contexto político, ético e metodológico da profissão, surgiu na década de 1960, na América Latina, como um movimento capaz de fazer abertura frente ao modelo conservador, tradicional e pragmático do Serviço Social vigente até então (SILVA; SILVA; JUNIOR, 2016).

Nessa época, o Movimento de Reconceituação se tornou decisivo no processo de revisão crítica da profissão, sobretudo, porque possibilitou à categoria profissional começar a se questionar acerca da ética profissional, da prática, da teoria e metodologias utilizadas até então, rompendo com o conservadorismo profissional. Ao impor um comportamento diferente com o novo projeto político da profissão, dá-se a necessidade de romper com a neutralidade profissional a fim de que se possa distanciar do modelo tradicional vigente, assim como, na busca por uma maior aproximação com os movimentos sociais e com a luta da classe trabalhadora. Entretanto, é preciso deixar claro que só com a intenção de ruptura há o rompimento e a aproximação com Marx.

Nesse sentido, Netto (2005) conceitua a intenção da ruptura como sendo

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...] procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização (NETTO, 2005, p. 131).

Contudo, os traços do conservadorismo continuam resistentes ao projeto ético-político vigente, retornando com força total, incidindo diretamente na prática cotidiana do Assistente Social, assim como, de igual modo para os usuários demandantes dos serviços. Nesse sentido, Netto (2009) afirma que “lançada à rua pela porta da frente, a velha representação do Serviço Social como ‘profissão da prática’ invade a nossa casa pelas janelas do fundo” (Netto, 2009, p. 161). Dessa maneira, como dito anteriormente, o conservadorismo nunca deixou de existir e o pragmatismo, o imediatismo, o aligeiramento marcam este modelo conservador tradicional.

2.1 CONTRARREFORMA E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE

O trabalho do Assistente Social sob a égide do capitalismo contemporâneo testemunha uma subordinação ao projeto neoliberal, que significa uma contrarreforma do Estado do ponto de vista da garantia dos direitos que foram conquistados na Constituição

Federal de 1988. De acordo com Behring (2003), a contrarreforma é “[...] de natureza destrutiva e regressiva, antinacional, antipopular e antidemocrática [...]”. (BEHRING, 2003, p. 234). Nesse sentido, o profissional de Serviço Social presencia variadas formas de fragmentação, precarização e afrouxamento dos direitos sociais que foram adaptados à lógica do capitalismo.

O contexto neoliberal articula assistencialismo e livre mercado, onde o acesso aos direitos, que são universais e de responsabilidade do Estado, focalizam-se e descentralizam-se, no sentido da transferência de responsabilidades para instituições privadas, entidades do terceiro setor e representantes das organizações da sociedade civil. O capitalismo afeta a economia e traz como consequência o aumento do desemprego estrutural, acarretado pelo processo de contrarreforma (CIRILO; MARCO; COLCETE, s/d).

Esse cenário conduz para uma reatualização do conservadorismo na profissão, pois remete a uma lógica individualista nesse conjunto de ações de defesa dos direitos, uma vez que o enfrentamento das expressões da questão social perde o viés coletivo e consagra apenas os interesses particulares em detrimento dos interesses universais.

Entretanto, pode-se reafirmar que o conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social e, no momento presente, vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, como no campo econômico, social e ideocultural. O avanço conservador adentra o contexto de forte ofensiva do capital, no contexto de crise, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa (BOSCHETTI, 2005).

Este avanço acarreta desafios para o processo de trabalho do Assistente Social no cotidiano que reifica as condições do exercício profissional. Nesse sentido, o Assistente Social – por estar inserido na divisão social e técnica do trabalho – é afetado pela imediatividade e pela precarização do trabalho (NETTO, 1996).

A precarização das condições de trabalho e da formação profissional é incorporada por uma falta de preparo técnico e teórico devido a fragmentação de um pensamento crítico e político, em que a resposta aos serviços ofertados a população é cada vez mais focalizada (BARROCO, 2011).

Outro desafio à categoria é o fato de que os profissionais estão sujeitos ao processo de alienação advindo do cotidiano. De acordo Netto (1996) “é através da mediocridade que o cotidiano se normaliza ao gosto das classes dominantes” (NETTO, 1996, p. 42).

Diante dos aspectos abordados, uma das manifestações mais acentuadas do avanço neoliberal é na formação profissão do Assistente Social, sobretudo porque ameaça a criticidade necessária para responder as inúmeras demandas postas e refletir sobre a realidade de mundo. Tal interferência na formação profissional é regida pela lógica do

capital que proporciona o avanço dos cursos na modalidade à distância (EaD), devido ao processo de mercantilização do ensino.

As faculdades EaD desvalorizam a dimensão teórica em detrimento da dimensão prática, posto que dissociam ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais tecnicistas e pragmáticos, ameaçando, dessa forma, o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Assim, no que se refere às EaDs, Moraes (2016), afirma que

Nos cursos a distância, a dimensão do ensino crítico e qualificado torna-se extremamente fragilizada, por falta de experiências coletivas vivenciadas durante a formação profissional pela discente, por falta de possibilidade de inserção em movimentos sociais (com destaque para os estudantes), ausência da relação pedagógica, da participação na vida acadêmica, em projetos e atividades de pesquisa e extensão. Assim, a formação profissional é desconfigurada, alterando a imagem do professor pelo “tutor” e do perfil do futuro assistente social (MORAES, 2016, p.125).

Nesse íterim, torna-se preocupante o atual cenário brasileiro e a incidência de precarização da formação profissional, que tem sofrido diariamente drásticas consequências oriundas da contrarreforma. Um exemplo disso é o fato de “[...] que o Serviço Social é o terceiro maior curso a distância do País [...] embora, no ensino presencial, não esteja entre os 10 principais cursos do Brasil” (PEREIRA, 2012 apud MORAES, 2016, p. 125).

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou uma campanha sobre as EaDs, a “Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”. A crítica do CFESS não é direcionada aos/às discentes e trabalhadores/as que estão inseridos/as nas EaDs, mas a própria modalidade de ensino à distância em Serviço Social (CFESS, 2019).

Esta crítica se deve ao fato da mercantilização e privatização do ensino superior no país; diante da lógica mercadológica adotada pelos governos brasileiros, que só favorece os empresários da educação, e na qual quanto mais rápido, ligeiro e barato o ensino, mais atende aos objetivos de formar trabalhadores para se adaptarem às condições e às relações de trabalho precarizadas, sem priorizar a qualidade da formação, do trabalho e do atendimento às necessidades da população brasileira, uma vez que a formação profissional acaba por se restringir a abordagem fragilizada, fragmentada e superficial, não abrangendo as dimensões: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político (CFESS, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, inúmeros são os desafios ético-políticos direcionados ao Serviço Social e à formação profissional na atualidade, em especial diante da emergência do capital em curso e da persistência do neoliberalismo. Isto reflete na formação profissional

mercadológica, aligeirada e na imediatividade dos processos de trabalho. No mesmo ponto de vista percebe-se, também, a acriticidade, advinda da pós-modernidade, que demanda um profissional que responda de forma favorável e irrefletida à flexibilização do trabalho, com enfoque na supervalorização de um profissional competitivo e que não questiona a realidade.

Vale ressaltar ainda que a atual conjuntura possui um cenário pautado por uma cultura conservadora, permeada pelo individualismo, que oculta o processo da luta de classes. A partir disso, infere-se que tal debate é essencial para romper com a neutralidade profissional, a fim de lutarem pela categoria. Mas, acima de tudo é preciso conhecer para se posicionar e exercitar a criticidade, apreender e interpretar o tempo presente, tendo em vista que o desmonte do ensino superior tem sido um impulsionador para a mercantilização da formação profissional, por isso é necessário ter lucidez teórica e política para defender as conquistas duramente efetivadas na história do Serviço Social.

Entre essas discussões, um dos desafios da formação profissional apontadas são os cursos à distância (EaD). Mesmo a fragilização profissional não se restringindo a eles, se intensifica neles e repercute na desqualificação dos Assistentes Sociais em seu processo de trabalho, tanto em redes de serviços públicos quanto privados.

Portanto, assim como quando no Movimento de Reconceituação, faz-se necessário uma mobilização política da sociedade e um longo processo de debates para buscar preservar as conquistas objetivadas com a materialização do Código de Ética Profissional, bem como configurar o projeto ético político como força de resistência em face do enfrentamento à contrarreforma. Ademais, reconstruir posicionamentos interventivos, para afirmar que o Serviço Social é voltado à defesa intransigente dos direitos, comprometido com a emancipação humana e com a transformação da sociedade, características estas que perpassam pelo ensino, pelo conhecimento e pela formação.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/anaisseminariofncps/article/viewFile/4005/2840>>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; Netto, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. **Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética.** Junho, 2019.

CIRILO, Joziane Ferreira de; MARCO, Roberta Mischiatti de; COLCETE, Rosângela Cavalcanti. **O avanço do conservadorismo no serviço social: requisições e impactos para o exercício profissional nas políticas sociais.** Disponível em: <file:///C:/Users/Patricia/Downloads/818-1502-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social- Ensaios críticos.** 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IVANETE, Boschetti. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n.124 [citado 2019-06-16], pp.637-651. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400637&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 01016628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.043>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. Os desafios no novo século à formação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.31, jan/jun. 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Introdução ao método na teoria social.** In: _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; JUNIOR, Luiz Carlos de. **O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”.** Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/e5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2019.